



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 20ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE.

- 1 **Início**: 19H55min.....
- 2 **Término**: 22h.....
- 3 **Local**: Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças**: Arq. e Urb. **Tito Augusto de Abreu Carvalho** (presidente). **Conselheiros**
- 6 **Estaduais**: Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**,
- 7 Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa** e Arq. e Urb. **José**
- 8 **Carlos Neves Loureiro**. **Convidados**: Arq. e Urb. **Anderson Fioreti de Menezes**
- 9 (conselheiro federal). **Assessoria ao Plenário**: Arq. e Urb. **Patricia Cordeiro**. **Secretaria**:
- 10 **Joana D’Arc do Sacramento Araújo**. **Funcionários**: **Ana Lucia Nascimento dos Reis**,
- 11 **Débora dos Santos Rodrigues Borges**, **Flávia Roberta L. Costa de Souza**, **Fernanda**
- 12 **Furtado Semensato**, **Márcia Martins Angeli**, **Sandra Milanez Grechi** e **Wiviane Lombardi**
- 13 **Broco**. **Funcionário CAU/BR**: **Edson Melo**.....
- 14 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo presidente e aprovação da pauta** - Constatado o
- 15 “quórum” regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente **Tito Carvalho**
- 16 declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos. Ressaltou as presenças do
- 17 Edson Melo gerente técnico do CAU/BR e do conselheiro federal Anderson Fioreti de
- 18 Menezes. O presidente **Tito Carvalho** fez a leitura da pauta, dando aos conselheiros que
- 19 desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Solicitou mudança na ordem da pauta,
- 20 com a apresentação do Edson Melo após os demais itens. Após alteração da ordem da pauta, o
- 21 presidente **Tito Carvalho** submeteu a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por
- 22 unanimidade. **ITEM II – Inauguração da Casa do Arquiteto** – O presidente **Tito Carvalho** fez
- 23 sugeriu a data de inauguração da Casa do Arquiteto para o dia 19 de agosto de 2014 e
- 24 informou que existe uma pré-agenda do presidente do CAU/BR Haroldo Pinheiro Villar de
- 25 Queiroz e do presidente da Federação Nacional dos Arquitetos – FNA, e estamos aguardando
- 26 a confirmação do presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Direção Nacional, Sérgio
- 27 Magalhães. O presidente submeteu a proposta do dia da inauguração da Casa do Arquiteto,
- 28 a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM III – Aprovação da 1ª**
- 29 **Reprogramação Orçamentária 2014** – O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou
- 30 que a reprogramação apresentada passou pela Comissão de Planejamento, Finanças e Atos

31 Normativos - CPFA. Relatou que cronograma define os centros de custos, onde são
32 trabalhados os planos de ação, temos 36 centros de custos subdivididos em 23 projetos e 13
33 atividades que resultam da reprogramação. São receitas correntes a arrecadação com as
34 anuidades, taxas de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, receitas de contabilidade
35 técnica, multas e juros, aplicações financeiras e receitas dos exercícios anteriores. Informou
36 que o demonstrativo da reprogramação consta no anexo. Informou que a recomendação do
37 Tribunal de Contas da União – TCU quanto a lei de responsabilidade fiscal com gasto com
38 pessoal limitado a 50% da receita, considerando que a ação do conselho está toda pautada
39 em recursos humanos fica limitada a capacidade dos conselhos em cumprir suas obrigações
40 legais. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que esse assunto já foi base de
41 outras discussões pretéritas onde não se teve nenhuma orientação sobre a necessidade de
42 cumprir a determinação que a lei de responsabilidade fiscal traz. Disse que é a análise do
43 CAU/ES, porque todo orçamento é sempre um pressuposto, é o mais real possível do que a
44 gente tem de previsão de arrecadação e de despesa. O presidente Tito Carvalho submeteu a
45 primeira reprogramação orçamentária de 2014 a votação e aprovação, sendo aprovada por
46 unanimidade. A reprogramação em anexo é submetida à aprovação do plenário, sendo
47 aprovada por unanimidade. **ITEM IV – Comissão Eleitoral** - O presidente **Tito Carvalho**
48 informou que o conselheiro José Carlos Neves Loureiro foi indicado na última sessão plenária
49 para coordenação dos trabalhos da comissão eleitoral, uma vez que o mesmo não concorrerá
50 à reeleição. Passou a palavra para o conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** que fez a
51 leitura da Resolução CAU nº 81/2014 que aprovou o regulamento eleitoral. O conselheiro
52 federal **Anderson Fioreti de Menezes** informou que a Resolução CAU nº 81/2014 está
53 publicado no site o regulamento. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que a
54 constituição da comissão deve ser aprovada nesta sessão Plenária. Após considerações dos
55 conselheiros, o presidente Tito Carvalho submeteu a constituição da comissão eleitoral a
56 votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM V – Apresentação técnica do**
57 **CAU/BR** - O presidente **Tito Carvalho** passou a palavra ao conselheiro federal **Anderson**
58 **Fioreti de Menezes** que iniciou sua fala explicando que a comissão de organização do
59 CAU/BR a qual coordena, está organizando um seminário para dezembro com a participação
60 dos conselheiros eleitos titulares e suplentes em Brasília, o seminário tratará sobre o papel
61 do conselho, o que é essa autarquia, qual é o papel do conselheiro, as atividades que o
62 conselheiro desenvolve. Ressaltou a seguir os dois pontos de pauta que iria explanar:
63 planejamento estratégico do CAU/BR, e a instalação do centro de serviço compartilhado. O
64 planejamento estratégico iniciou com a contratação de uma empresa especializada no
65 planejamento estratégico, Simnetcs, reconhecida no Brasil e internacionalmente. O
66 planejamento estratégico, exige muito debate e estamos fazendo isso desde janeiro de 2013.
67 O mapa estratégico estabeleceu a missão, promover arquitetura e urbanismo para todos, e a

68 visão de ser reconhecido como referência na defesa do fomento das boas práticas de
69 arquitetura e urbanismo do Brasil. Foram definidos como objetivos do planejamento
70 estratégicos impactar significativamente no planejamento e na gestão do território, valorizar a
71 arquitetura e o urbanismo, quanto aos processos internos, estão divididos em excelência
72 organizacional, relações institucionais e relação com a sociedade, tendo como alavancadores,
73 assegurar a sustentabilidade financeira, aprimorar a inovação do processo das ações. Quanto
74 às pessoas e à infraestrutura, são objetivos: desenvolver as competências dos colaboradores,
75 construir uma cultura organizacional adequada à estratégia viabilizando a gestão e o
76 atendimento dos arquitetos e urbanistas e da sociedade. Esse processo se deu nos estados,
77 quem tiveram a oportunidade como aqui no Espírito Santo de participar, conhecer os
78 objetivos, opinar com relação ao desdobramento disso e também com relação aos indicadores
79 para esses objetivos estratégicos. O objetivo de impactar significativamente o planejamento e
80 a gestão do território, foi apontado por 22 CAU/UF. Valorizar a arquitetura e urbanismo, foi
81 apontada pelos 27 estados como objetivo estratégico. O conselheiro **José Carlos Neves**
82 **Loureiro** fez um comentário a respeito da estruturação do mapa estratégico, informando que
83 se for feito investimento na base da estrutura, esse investimento vai refletir em todas as partes
84 do mapa. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** informou que a partir do mapa
85 estratégico o desdobramento dos CAU/UF, nós identificamos que projetos estão em
86 desenvolvimento ou estão dispostos a desenvolver para ajudar cada objetivo. O presidente
87 **Tito Carvalho** fez uma intervenção: Anderson, não adianta a gente querer avançar em um
88 monte de coisas se não tivermos os fundamentos realizados. O conselheiro José Carlos
89 Neves Loureiro chamou atenção eu entendi dessa forma, acho que está faltando uma
90 compreensão de que os CAU/UF precisam ainda olhar muito para dentro para trabalhar suas
91 estruturas, equipes, etc. para poder formar seus projetos com maturidade. O conselheiro **José**
92 **Carlos Neves Loureiro** disse que é exatamente isso. O conselheiro federal **Anderson Fioreti**
93 **de Menezes** disse que esse é o reflexo do que nós encontramos nos estados, de fato merece
94 uma análise a respeito disso, por exemplo, boa parte do que o Edson Mello vai falar com
95 relação ao Centro de Serviços Compartilhados, o PDTI, uma série de situações são de fato
96 estruturantes. A partir desse planejamento, teremos uma radiografia do país, a partir da qual
97 teremos como desenvolver políticas para dizer, "olha, vamos lá fortalecer uma política pública
98 para que a gente possa ter 100% dos estados engajados em determinados objetivos
99 estratégicos que achamos interessante para inclusive construir essa maturidade". O
100 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** fez a seguinte intervenção: olhando esse mapa, o
101 que me chamou atenção foi exatamente isso, falta base, você está querendo chegar nos
102 objetivos superiores, sem arregaçar as mangas e sem desempenhar atividades básicas,
103 dessa forma dificilmente vamos alcançar o topo. O presidente **Tito Carvalho** relatou que é
104 preocupante a falta de interesse dos CAU/UF em pensar nos indicadores dos alavancadores

105 como sustentabilidade financeira e aprimorar, inovar processos e ações. O conselheiro
106 **Alberto Bernabé Kirchmayer** expôs suas dúvidas e começou-se a discutir essa metodologia
107 depois que ela foi proposta pela empresa. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de**
108 **Menezes** retomou a fala e informou que houve diversas reuniões de trabalho com
109 metodologias específicas para trabalhar cada objetivo desses, uma série de dinâmicas, enfim
110 própria da questão do planejamento para que a gente possa trabalhar e chegar a cada objetivo
111 desse aqui. Pensamos na instituição CAU como um todo, aonde a soma das partes vai
112 conseguir atingir um grau de maturidade tal para que a gente consiga efetivamente alcançar
113 nossos objetivos. O conselheiro **Alberto Bernabé Kirchmayer** perguntou o que foi
114 estabelecido primeiro, missão, visão e quanto a discussão cronológica. O conselheiro federal
115 **Anderson Fioreti de Menezes** respondeu que não foi cronologicamente e complementou que
116 existem metodologias para você poder chegar a desenvolver, a encontrar, a descobrir cada
117 objetivo desses para tentar atingir excelência organizacional. Com quais objetivos, nós vamos
118 atingir as relações institucionais? Estabelecer uma relação com a sociedade? A partir daqui
119 os estados e o CAU/BR estabelecem os planos de ações, dentro da sua capacidade de
120 desenvolvimento e maturidade organizacional, cada um na sua atribuição, os CAU/UF nos
121 estados com relação a registro, fiscalização, o CAU/BR com relação à elaboração de normas
122 e instância recursal. O conselheiro **Marco Romanelli** expôs que isso não significa que todos
123 os CAU/UF vão desenvolver um projeto de acordo com o objetivo lá de cima e que só nove
124 vão desenvolver aquele ali de baixo, é uma maneira de perguntar ao grupo envolvido se essa
125 estrutura de baixo para cima faz sentido e parece que sim no geral, porque todo mundo
126 concordou com o grande objetivo geral, quer dizer, todos concordaram que o objetivo
127 apresentado como o mais importante é o mais importante. O conselheiro federal **Anderson**
128 **Fioreti de Menezes** explicou que mostra também, o grau de envolvimento dos CAU/UF dos
129 estados com relação a cada objetivo desse. O conselheiro **Marco Romanelli** relatou que para
130 o planejador as relações institucionais são mais básicas e essenciais do que excelência
131 organizacional e relação com a sociedade. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de**
132 **Menezes** passou a palavra ao Edson Mello, gerente técnico do CAU/BR, **Edson Melo** que
133 relatou sobre o Centro de Serviços Compartilhados, assunto que vem tomando a pauta de
134 nossas cinco últimas plenárias ampliadas, em 2012 e 2013 o CAU/BR concluiu, com 90% do
135 que foi arrecadado em 2011, a fase de instalação do CAU, aquisição de equipamentos,
136 aquisição de software, aquisição do SICCAU, contratação de pessoal, treinamento no país,
137 com essa fase concluída precisávamos discutir como fazer a gestão, como vamos gerenciar
138 esse processo, sendo essa a grande discussão no segundo semestre de 2013 e aí que veio
139 essa discussão de Centro de Serviços Compartilhados. Essa estrutura foi baseada na
140 Resolução CAU n.º 05/2011, ela definiu o que era o SICCAU e tudo é SICCAU, porque é o
141 Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. O

142 conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** informou que em dezembro de 2011 foi a
143 primeira reunião plenária. **Edson Melo** informou que saíram aproximadamente 10 resoluções.
144 O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** esclareceu que durante o ano de 2011,
145 aconteceu um trabalho enorme dos coordenadores de câmara de todos estados e nós fomos
146 representados pelo conselheiro **Marco Romanelli**, que teve uma colaboração em pensar todo
147 esse procedimento, essa estrutura, eu estava também representando o Conselho Regional
148 de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – CREA/ES, como conselheiro federal. Era a
149 vez dos arquitetos e urbanistas ter um conselheiro federal no Espírito Santo. Não foi fácil
150 decidir por essa estrutura e precisava ter algo real, porque a partir desse dia o CREA desligou
151 todo o sistema dele, que os arquitetos trabalhavam desde 33, nós precisávamos dar suporte
152 aos 80.000 arquitetos poderem trabalhar. **Edson Melo** retomou a sua fala informando que
153 eram cerca de 90.000 profissionais em 2300 municípios diferentes do país e 27 pontos de
154 atendimento, precisávamos ter uma estrutura de resposta rápida. Então, instalada, definida
155 essa estrutura, entramos então na discussão de como fazer essa gestão compartilhada, foi
156 quando surgiu a ideia do Centro de Serviços Compartilhados, modelo de governança e gestão
157 compartilhado, a proposta veio assim, essa estrutura que nós tínhamos SICCAU, IGEO,
158 Implanta, call center, data center, tudo isso poderia estar sendo montado como associado no
159 modelo de gerenciamento, no modelo de gestão como no modelo de Centro de Serviços
160 Compartilhados. Em resumo é ter todos os serviços que pudessem ser compartilhados em
161 um modelo de gestão compartilhado com governança. Governança são decisões, as
162 definições, você tem vários interesses, alguém tem que arbitrar e definir diretrizes. A partir
163 disso definido, alguém gerencia os recursos. Então a proposta era que essa governança fosse
164 feita por um colegiado de CAU/BR e CAU/UF e a partir das definições dessa governança, nós
165 teríamos a gestão sendo executada pelo CAU/BR e sendo definidos documentos de base,
166 como o PDTI, como o RIA e outros documentos que seriam definidos por esse colegiado de
167 governança. Essa proposta foi apresentada na quarta plenária ampliada de maio de 2013, os
168 presidentes solicitaram ao CAU/BR que pudesse fazer essa proposta e na quinta plenária
169 ampliada a proposta foi apresentada. Foi definido que um grupo de 4 representantes do
170 plenário do CAU/BR, sendo que a coordenação seria da COA, da Comissão de Organização
171 e Administração e 4 representantes dos CAU/UF e a coordenação adjunta do CAU Mato
172 Grosso do Sul, presidente Osvaldo. No plenário também tem o coordenador da comissão de
173 planejamento e finanças, o conselheiro Paulo Saad, do Rio de Janeiro, e o próprio presidente
174 Aroldo e dos CAU/UF, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Ceará e Paraná. A proposta foi
175 desenvolvida com um grupo bastante denso de discussões, foram 6 reuniões do colegiado de
176 governança, foram cinco reuniões plenárias, plenárias ampliadas, foram 4 fóruns de
177 presidentes e sete visitas a CAU/UF para tirar dúvidas. Desse trabalho foi feita a aprovação
178 da criação, do Centro de Serviços Compartilhados com a publicação da resolução 60 de

179 novembro de 2013, data que deu a esse grupo 90 dias para apresentar, o colegiado de
180 governança, o modelo de funcionamento, quem ia definir, quem ia participar, quais eram os
181 serviços, quanto iam custar, como estavam os contratos. Esse grupo fez a proposta que foi
182 aprovada na oitava plenária ampliada em janeiro da resolução 71. Após 180 dias de
183 implantação o colegiado fez a sua avaliação, apresentou um relatório, e fez uma proposta de
184 resolução que está em discussão a aprovação de rateio proporcional a arrecadação e essa
185 resolução foi para discussão na última plenária ampliada, que foi na última semana dia 18,
186 onde não se concluiu e estamos indo para Sergipe no dia 30 para concluir os trabalhos, haverá
187 uma reunião na plenária ampliada, porque tem Fórum de presidentes do CAU, segunda e
188 terça, 28 e 29, então no dia 30 os presidentes já estão lá, os conselheiros federais vão para
189 lá e vamos fazer a aprovação da resolução nos seus ajustes necessários. Os serviços ficaram
190 definidos, a gerência técnica do CAU/BR é a gerência que faz o gerenciamento desse serviço,
191 o CAU/BR está propondo a mudança de nome, vai ser a Gerência Técnica do Centro de
192 Serviços Compartilhados e o data center, e mais dois propostas: a RIA e apoio institucional.
193 O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** fez um comentário sobre o sistema todo
194 fora a RIA, nasceu com o CAU lá naquele mapa da CNCARQ onde nós construímos uma
195 resolução para dar legalidade a esse. Porque nós estávamos em uma fase de implantação de
196 CAU nos estados, no Brasil inteiro durante o desenvolvimento do SICCAU, esses serviços
197 são serviços do qual os CAU/UF dos estados são responsáveis por delegação de lei inclusive,
198 não é tarefa do CAU/BR desenvolver registro, não é tarefa do CAU/BR emitir certidão, é tarefa
199 dos estados desenvolverem isso. No momento que é criado o CSC, se elabora uma maneira
200 de nós compartilharmos as decisões a respeito de como esses serviços vão evoluir, o CSC é
201 um espaço onde esses serviços vão ser prestados agora com gerenciamento de um grupo
202 amplo que tem a representação dos CAU/UF dos estados e tem a representação do CAU/BR.
203 O apoio institucional foi proposto pelo presidente **Tito Carvalho**, que é a questão do PDTI, os
204 planos do PDTI para os estados, onde esse centro também deverá apoiar os estados com
205 relação à criação do PDTI e também o Rio de Janeiro propôs algumas outras situações a
206 respeito de institucional, como treinamento para o Implanta e uma série de outras situações.
207 O presidente **Tito Carvalho** fez um comentário sobre o que seria interessante contextualizar
208 também o ambiente no qual está sendo discutido isso, porque assim, são duas questões, uma
209 é o grupo gestor que está fazendo todo um trabalho técnico e tem a aprovação disso no
210 plenário do CAU Brasil. Outra questão é que envolve interesses políticos, visões divergentes,
211 então assim, é um processo extremamente desgastante. O conselheiro federal **Anderson**
212 **Fioreti de Menezes** disse que situações assim, são a raiz do nosso conselho que quer
213 funcionar e entregar o mesmo serviço em cada canto do país. Esse é o grande ganho do
214 SICCAU, o arquiteto e urbanista do Amapá recebe o mesmo serviço que o arquiteto paulista,
215 independente do orçamento do CAU São Paulo e CAU Amapá. O presidente **Tito Carvalho**

216 disse que e uma resolução pequena, são 13 artigos, a passamos o dia inteiro e discutiu nove,
217 cada um gerando um debate muito acirrado. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro**
218 relatou que quando você pensa que todo mundo tem a mesma coisa, só que nem todo mundo
219 paga a mesma coisa. E aí em um país como o nosso, você tem 45% dos profissionais hoje
220 estão em São Paulo, então assim, teoricamente São Paulo paga quase a metade de todo
221 esse sistema. Então é complicado entender essa lógica e se entra um presidente em São
222 Paulo e fala assim, "não, eu não quero, vou criar o meu e vocês se viram". Isso tudo cai igual
223 a um castelo de cartas. O presidente **Tito Carvalho** se pronunciou em relação a importância
224 dessas discussões, ponto a ponto, a fim de garantir que o sistema funcione e seja mantida a
225 segurança para todos e que esse assunto continue sendo tratado de forma veemente. O
226 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** questionou se existe alguma garantia jurídica e o
227 conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** afirmou que existe. Explicou a situação
228 dos Estados que contribuem mais (Ex. São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná), em algum
229 momento, quererem total independência. Isso iria contra a proposta de criação do Conselho,
230 que preconiza que arquitetos de quaisquer estados do Brasil devem receber o mesmo serviço,
231 caso contrário viraríamos um novo Sistema CONFEA/CREA. A Lei de criação do CAU nos
232 deu um norte para isso, que é o Registro Nacional do Arquiteto, em que os profissionais
233 podem atuar em todo o país. Diferente do Sistema CONFEA/CREA em que o profissional
234 deve se registrar em cada Estado que vai atuar. Ou seja, ou nós encaramos de fato o futuro
235 da profissão que queremos ou nós não vamos avançar em absolutamente nada. A proposta
236 do centro de Serviços Compartilhados é uma forma de envolver todos no debate, diferente
237 dos dois primeiros anos do Conselho, em que o CAU/BR assumiu o bônus e também o ônus
238 de estabelecer toda essa política. Foi papel do CAU/BR, conforme determina a Lei, mas agora
239 é necessário que todos participem, por isso a contratação do CSC, Tecnotec e o
240 funcionamento do SIG, IGEO, CALL CENTER. Depois de tudo isso, se cada um montar o seu
241 não será possível manter o mesmo atendimento em todo o país. As decisões e os custos
242 devem ser compartilhados entre todos. A proposta de custo deve ser suportada por todo o
243 sistema. Todos os estados devem apresentar os mesmos serviços, mesmo aqueles
244 peculiares a cada Estado, caso contrário não estaríamos unificados. Cada serviço que um
245 Estado deseja incluir deve passar por discussão se o CAU realmente precisa e todos irão
246 arcar com o custo de implantação e todos serão beneficiados. Além disso, existe a questão
247 gerencial, de segurança da informação, do trabalho dos dados, de uma série de situações
248 que precisam de regulamentação. O conselheiro **Alberto Bernabé Kirchmayer**, em resposta
249 ao conselheiro José Carlos Loureiro, disse que os CAU/UF não podem se desagregar, já que
250 é uma obrigatoriedade definida em Resolução do CAU. Porém, o gerente técnico do CAU/BR,
251 **Edson Mello**, disse que é juridicamente possível. Explicou que entre os serviços
252 compartilhados está o data center. Inteligência geográfica envolve o IGEO. O Cooperativo é

253 o SICCAU, que tem o lado interno e externo (voltado para o profissional). Na parte
254 administrativa e financeira são todos os sistemas do Implanta. Na parte de relacionamento
255 temos o Call Center e toda a parte do site. Esses serviços são gerenciados pela equipe da
256 gerencia técnica do CAU/BR, que é a parte de pessoal que está dentro do Centro de Serviços
257 Compartilhados. Além dessas ferramentas existem outras, como o App Protagonista, em que
258 sua forma de disponibilização ainda está em discussão e ainda está sendo testado. Após sua
259 aprovação serão avaliados quais Estados estão preparados para atender a demanda que
260 pode gerar, porque as pessoas poderão baixar e contribuir com situações irregulares que
261 encontrarem, enviarão as fotos que serão georeferenciadas no IGEO, porém, quantos
262 CAU/UF estão preparados para receber essa demanda, essa é uma grande discussão. O
263 presidente **Tito Carvalho** explicou que a iniciativa veio de Minas e colocou a impressão de
264 que vai ser uma ferramenta fantástica, mas que provavelmente vai entrar no sistema antes da
265 hora adequada, já que, por exemplo, aqui no Espírito Santo, não teríamos como atender a
266 toda demanda gerada a partir das denúncias e colaborações gerais dos arquitetos. Isso
267 poderia gerar grande frustração naqueles que estariam contribuindo, porque geraria uma
268 expectativa cuja estrutura operacional não estará em condições de suportar adequadamente.
269 O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** relatou a importância de não perder
270 essa ferramenta, já que o mundo atual é extremamente tecnológico. Só os arquitetos e
271 urbanistas poderão baixar, já que será necessário a senha do SICCAU. O conselheiro **José**
272 **Carlos Neves Loureiro** afirmou que não é apenas uma questão de incompetência em dar
273 resposta, mas sim de recursos e concorda com presidente Tito Carvalho. O gerente técnico
274 do CAU/BR, **Edson Mello**, apresentou um pouco do trabalho do centro de serviços
275 compartilhados, que contados 180 dias de janeiro, o colegiado de governança deveria fazer
276 uma análise, em que será dito, de forma resumida, as principais ações que foram tomadas.
277 Durante esse trabalho foram feitas reuniões se debruçando sobre documentos. Foi feito, por
278 parte dos presidentes, o que deveria ser priorizado no SICCAU em 2014 e o colegiado teve
279 duas ações principais: levantar junto aos CAU/UF demandas prioritárias e fazer uma revisão
280 no formato de contratação da empresa que dá manutenção no SICCAU atualmente, a
281 Tecnotec. Foram feitas dez reuniões do colegiado de governança e cada reunião possui um
282 resumo e está disponível a todos os CAU/UF. Em relação específica ao contrato do SICCAU
283 Corporativo, foram identificadas diversas questões a serem melhoradas, o que mostra que
284 ainda temos um alto índice de manutenção corretiva. Foi feita uma proposta de termo de
285 referência para contratação dessa empresa em novas bases, através de relatório, a fim de
286 que esses problemas não aconteçam mais. Uma outra questão que foi apontada pela
287 empresa Simnetcs e discutido no colegiado e com os presidentes, é a aquisição da
288 propriedade intelectual do SICCAU. O SICCAU Corporativo é nosso, ele está no nosso data
289 center, porém a propriedade intelectual não é nossa, não podemos mexer na inteligência do

290 SICCAU, ficamos condicionados à empresa Tecnotec. Como queremos independência
291 começou a se discutir a aquisição da propriedade intelectual, que se quantifica por pontos de
292 função. Esses pontos serão calculados por nós e pela Tecnotec, e uma terceira empresa fará
293 a validação desses pontos. Já estamos na fase da validação. Com base nisso o preço será
294 discutido, a gente já tem uma noção do preço, e não é algo distante de nossa realidade. Então
295 é algo que o colegiado também está tratando para gente ter maior agilidade e independência
296 no processo de manutenção. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** disse que
297 é um processo de imensa negociação. Na primeira medição foram encontrados valores muito
298 diferentes, mas foram discutindo, usando outra metodologia e chegaram a um consenso,
299 mesmo porque a empresa está querendo vender. Na prática, ficamos livres para contratar
300 diferentes empresas e não apenas a Tecnotec. A empresa nos atendeu muito bem em um
301 primeiro momento, mas a demanda aumentou muito e precisamos de um serviço de
302 excelência, mesmo sabendo que não existe sistema que não tenha dificuldades tecnológicas.
303 A partir dessa aquisição, segundo o gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello**, será possível
304 uma licitação nacional para contratação desse serviço. O colegiado solicitou aos presidentes
305 no Fórum de presidentes do CAU de Belo Horizonte que levantassem todas as demandas que
306 eles entendiam que eram necessárias no SICCAU, então nós recebemos 223 demandas dos
307 estados e a gente precisava priorizar essas demandas, foi criada uma metodologia para isso
308 e ao final chegou-se a 43 demandas consideradas de alta prioridade, 28 de média prioridade
309 e 152 de baixa prioridade e foi definido a data de 30 de junho para entregar essas 43
310 demandas prontas. Porém, devido a troca de equipe técnica houve atraso nessa entrega,
311 foram entregues 13, algumas ainda estão sendo desenvolvidas, outras em testes e algumas
312 dependem de alteração nas normas para serem aplicadas no SICCAU. Nesse período
313 também houve aumento no número de chamadas dos CAU/UF. Faz uma breve explanação
314 da análise que o colegiado fez de outros serviços. A questão do uso do SICCAU se comprova
315 que é proporcional ao pagamento de cada estado, quem paga mais realmente usa mais. É
316 importante a leitura gerencial das transações efetivadas no SICCAU, que é uma informação
317 que só fala do movimento, não tem uma análise qualitativa. O conselheiro **Marco Romanelli**
318 questionou a diferença entre transação e acesso. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson**
319 **Mello**, explicou que cada vez que você loga é um acesso e a transação é o que você faz
320 efetivamente. Entrou-se em discussão sobre transação e ação, quando se acessa mais ou
321 menos do que se transaciona, por parte do conselheiro Marco Romanelli, do gerente técnico
322 do CAU/BR, **Edson Mello** e da conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges**. Conselheiro
323 federal **Anderson Fioreti de Menezes** perguntou o que nós estamos buscando. Estamos
324 buscando tentar desenvolver relatórios gerenciais a partir de análises. O arquiteto e urbanista
325 **Marco Romannelli** retomou a questão da ação, transação e acesso. A gerente geral **Patrícia**
326 **Cordeiro** explicou que temos um tempo limite dentro do SICCAU que pode expirar, por isso

327 temos muitos acessos. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** explicou que por questão
328 de segurança temos um tempo limite. Nesse período nós tivemos 1.449.000 transações no
329 ambiente do arquiteto e urbanista e tivemos 96.550 transações nos CAU/UF e tivemos 156
330 demandas de ajustes no SICCAU, ao analisar esses dados, acha-se 1% de problemas no
331 SICCAU. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** explicou que quando vai para o call
332 center é individualizado e desde abril de 2012 até hoje nunca passou de 2% as reclamações
333 em relação aos serviços prestados. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes**
334 disse que tem projeto para tentar amenizar isso. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello**
335 informou que o IGEO está instalado em todo país, fizemos treinamentos de 148 funcionários
336 e ainda tem uma dificuldade do uso do GEO, por isso vamos fazer uma nova rodada de
337 treinamento com nove turmas para capacitar todos os funcionários dos CAU/UF para que
338 possamos avançar no uso do GEO. Quanto as demandas por GEO Tecnologia, tivemos oito
339 solicitações do Rio Grande do Sul, dois do Amazonas, um do Ceará, um da Paraíba, um de
340 Alagoas e um do Piauí. Quanto ao call center, hoje está próximo de 6.000 a média de
341 ligações/mês, chegamos a ter 35.000 ligações/mês, hoje ele está me torno de 6.000
342 ligações/mês e no 0800 nós temos registradas todas as informações e orientação aos
343 profissionais. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** colocou que os CAU/UF participam
344 desse processo via Centro de Serviços Compartilhados - Gerenciador CSC, por meio desse
345 endereço cscsiccau.caubr.gov.br. Cada CAU/UF tem um pessoa, mas pode ser mais de uma
346 que tem acesso a esse sistema, essa ferramenta a possibilidade abrir e acompanhar
347 chamados e solicitações. Tivemos nesse período 186 solicitações onde 105 foram resolvidas
348 e 81 estão em aberto, no momento da emissão desse relatório. Os serviços do Centro de
349 Serviços Compartilhados são o data center e as estruturas de TI, o GEO, o Implanta e o
350 SICCAU corporativo. De posse dos números conseguimos fazer a análise do tempo de
351 resposta, o SICCAU corporativo tem um tempo de resposta 11 dias em média, sendo as
352 demandas urgentes estão com a média de cinco dias, que ainda é alta, que ainda depende
353 muito do fornecedor. O GEO, a média foi de 3 dias, sendo as urgências atendidas em 2 dias.
354 Quanto a Infraestrutura, tivemos poucas demandas e em menos de um dia elas foram
355 atendidas. O Implanta também tivemos poucas demandas e em dois dias elas foram
356 resolvidas. O colegiado de governança propôs a manutenção dos atuais serviços, a inclusão
357 da RIA e a inclusão do apoio institucional dos CAU/UF. O CAU Espírito Santo, solicitou uma
358 consultoria para que os CAU/UF pudessem fazer o seu PDTI, o CAU Rio de Janeiro propôs
359 uma consultoria para o Implanta. A RIA é a proposta de termos uma Rede Integrada de
360 Atendimento nacional, que padronizará questões como atendimento, interpretação da
361 legislação e prazos, colocando o atendimento em um nível de excelência, a ideia é tratar o
362 atendimento em um nível de excelência com um tele atendimento qualificado, projetando o
363 uso de avatar, que é aquele atendimento virtual, igual tem a Júlia, da Tam, com uma rede

364 social corporativa, uma espécie de *facebook* voltado especificamente para a arquitetura e
365 urbanismo. Seria uma estrutura nacional, com todos os estados podendo utilizar, e uma
366 estrutura local com atendimento de segundo nível que poderia ser presencial e telefônico. O
367 conselheiro **Marco Romanelli** perguntou se é possível escolher o tipo de atendimento. O
368 gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** explicou que esse é um ponto de discussão entre
369 os presidentes, o registro é nacional, o exercício da arquitetura e urbanismo é nacional. Então
370 a proposta da RIA que está no colegiado de governança é uma das formas de tratar essa
371 situação, é uma das formas de vir de encontro a essa necessidade. O arquiteto e urbanista
372 **Marco Romanelli** retomou a questão e indagou: Sim ou não, eu posso escolher quando eu
373 entro? O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** disse que pode o atendimento presencial
374 tem sempre que existir. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** explicou que se
375 investe no sistema, a possibilidade de alguém bater à porta para resolver um problema é
376 diminuída. O presidente **Tito Carvalho** comentou que a ideia é muito boa, mas ela exige
377 alguns cuidados, porque cada estado tem suas especificidades, são unidades autônomas,
378 integradas, mas autônomas, tem funcionalidade eventualmente, como esse sistema vai
379 absorver essas diferenças? Temos que tomar muito cuidado em quais processos o RIA pode
380 assumir, até que ponto do processo o RIA pode assumir e a partir de que ponto do processo
381 o RIA não pode assumir, podemos discutir e implantar, mas não é uma coisa simples. O
382 conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** informou que a proposta do RIA é de longe
383 o 0800 e sim arquiteto sendo atendido por arquiteto. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson**
384 **Mello** retomou sua fala informando que a coordenação da RIA seria nacional, formada por
385 uma equipe pequena, especificamente para promover a uniformização no atendimento no
386 país. É importante que o CSC e a RIA sejam entendidos como um serviço dos CAU/UF, o
387 CSC não é um CAU/BR prestando um serviço para os CAU/UF, ele é dos CAU/UF. No Centro
388 de Serviços Compartilhados, o colegiado de governança discute e apresenta para os
389 presidentes, é assim que funciona. Então a RIA seria uma coordenação para poder fazer esse
390 azeiteamento da estrutura, o SICCAU não tem muita intuitividade, é solicitado uma informação
391 e o profissional inseri outra, de repente essa parte não está muito intuitiva, vamos ver como
392 isso fica mais intuitivo, de maneira mais representativa, com atendimento de primeiro nível,
393 que é um tele atendimento qualificado, como uma única porta de entrada de atendimento. É
394 uma decisão política. O atendimento de primeiro nível engloba um outro tipo de software que
395 chama CRM, que é um software de gerenciamento de atendimento integrado com o SICCAU
396 que retorna ao profissional após sua demanda ter sido solucionada. Caso não seja
397 solucionada pois exige uma análise técnica de intervenção do CAU/UF, então vem para o
398 atendimento de segundo nível que após resolução da demanda informa ao interessado. Caso
399 a situação exija uma interpretação de norma, deve ser repassada ao CAU/BR, que por sua
400 vez pode encaminhar para intervenção de comissão até resolver o problema e informar o

401 interessado. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** informou que quem está à
402 frente da organização desse processo, é a ouvidoria do CAU/BR através do colega José
403 Eduardo Tibiriçá. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** informou que outros dois
404 serviços que estão sendo trazidos que são: o assessoramento da elaboração do PDTI e o
405 assessoramento e capacitação do uso dos módulos do Implanta. A previsão é de que os
406 CAU/UF de maior complexidade teriam até 48 horas de apoio para fazer o PDTI, de média
407 complexidade, 24 horas de consultoria e os de baixa complexidade, 16 horas de consultoria.
408 Então isso foi previsto por solicitação do CAU Espírito Santo. O outro foi o apoio institucional
409 no que diz respeito ao assessoramento e à capacitação no uso dos módulos do Implanta,
410 então além daquele treinamento, uma discussão sobre como usar esses módulos e sobre
411 como usar isso dentro da contabilidade, dentro do financeiro. O Gerente Técnico do CAU/BR,
412 **Edson Mello** encerrou sua apresentação agradecendo a todos e informa que o objetivo era
413 dar uma visão geral. O presidente **Tito Carvalho** agradeceu ao gerente técnico do CAU/BR,
414 **Edson Mello** dizendo que é sempre muito interessante podermos revisar o que é o conceito
415 de funcionamento do CAU, porque a gente precisa sempre manter essa visão do todo. As
416 discussões, críticas, contribuições demandam essa compreensão, e inclusive a compreensão
417 de que a construção desse processo, como ele é coletivo, ele é mais lento, é mais doloroso,
418 exige uma dedicação maior. O gerente técnico do CAU/BR, **Edson Mello** comentou que
419 metade dos municípios não tem arquiteto e urbanista. Outro ponto é com relação a eleição.
420 Nós nos lançamos em uma eleição com uma mala direta de e-mails que não funcionava ou
421 pelo menos quase a metade dela não funcionou, e isso foi uma decisão de calendário, a gente
422 tinha proposta, vamos publicar a lista de todos os eleitores, "esses são os nossos eleitores
423 para a eleição do CAU, veja se você está aí, veja se seus dados estão certos, veja se seu e-
424 mail está certo". Decidimos não fazer isso principalmente por falta de tempo, porque tínhamos
425 a data de 26 de outubro. E isto quase anulou a eleição, porque a gente teve uma dificuldade
426 inesperada com a greve dos Correios, que impediu o envio das senhas por via postal e o que
427 a gente tentou mandar por e-mail simplesmente não foi. Então hoje você tem um cadastro de
428 profissionais que está usando o SICCAU, então esse cadastro tem um mínimo de
429 consistência. O conselheiro federal **Anderson Fioreti de Menezes** comentou o quão
430 exitosa foi essa tarefa que a gente se lançou. Hoje percebemos um processo, como disse
431 o presidente Tito Carvalho, de amadurecimento muito grande do processo decisório e é
432 importante salientar, não é porque não se queria estabelecer um processo decisório coletivo,
433 é porque simplesmente a circunstância não permitia estabelecer um processo decisório
434 coletivo. Na véspera da entrada do SICCAU no ar, na noite anterior se trabalhou 23 horas
435 ininterruptamente, pessoas ficaram acordadas 23, 24 horas ininterruptamente conseguimos
436 botar três funcionalidades no ar, que era fazer o registro, estabelecer o RRT e tirar uma
437 certidão de acervo para não deixar o país parar. Hoje, com menos de três anos, ver onde esse

438 conselho chegou, aonde essa tarefa nos levou, ao ponto de a gente ser referência, elogiados
439 por outros conselhos, por outros órgãos do governo com relação a essa situação do CSC, o
440 Ministério da Educação evidenciou a quantidade de relatórios que a gente tem possibilidade
441 de informar, é uma prova de que efetivamente nós somos capazes. E é o trabalho de todo
442 mundo, é o trabalho do CAU/UF, todo esse processo coletivo é que faz mover essa máquina.
443 Agora chegou a hora de nos organizarmos essa discussão e a equipe do CAU/BR tem sido
444 excelente, de uma qualidade técnica muito boa e engajada. Esse processo é um processo
445 que demonstra nossa capacidade e mostra quanto tempo perdemos agarrados em um
446 sistema multiprofissional onde a gente tinha pouca capacidade de decidir, posso dizer isso de
447 cadeira. Parabéns para todos. O presidente **Tito Carvalho** informou que nesta quinta e sexta-
448 feira terá reunião que envolve toda a estrutura CONFEA/CREA e CAU e eu não tenho muita
449 expectativa que a gente produza algo muito substancial, mas que se começar a estabelecer
450 um ambiente de entendimento mínimo a gente tem a obrigação de tentar sem tantas
451 expectativas, principalmente aqui no Espírito Santo. O conselheiro **José Carlos Neves**
452 **Loureiro** disse que essa iniciativa é muito legal. O presidente **Tito Carvalho** complementou
453 que estaremos cumprindo uma obrigação. Afirmou ainda que temos que estar lá dispostos a
454 ouvir, não para estimular litígio, mas para consolidar algumas conquistas. O conselheiro
455 **Marco Romanelli** afirmou ter certeza que vão nos pedir uma série de coisa e vão nos oferecer
456 nada. **ITEM VI - Encerramento** - O presidente **Tito Augusto Abreu de Carvalho** agradeceu
457 a presença de todos e declarou encerrada a vigésima Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES.
458 Para constar, eu, **Márcia Martins Angeli**, que após ouvir a gravação, lavrei a presente Ata,
459 que será assinada por todos os conselheiros no exercício da titularidade, para que reproduza
460 os efeitos legais.

Vitória, 22 de julho de 2014.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Márcia Martins Angeli
Secretária dos Trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**
Conselheiro suplente no exercício da
titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES